

A contribuição de Kees van der Pijl à Economia Política Mundial

The contribution of Kees van der Pijl to International Political Economy

GIORGIO ROMANO SCHUTTE | giorgio.romano@ufabc.edu.br

Professor de Relações Internacionais e Economia da UFABC. Membro do corpo docente das Pós-Graduação em Economia Política Mundial (EPM) e Relações Internacionais (PRI).

Recebimento do artigo Janeiro de 2019 | **Aceite** Abril de 2019

Resumo A vasta obra do Kees van der Pijl, ainda pouco explorada no Brasil, deu uma contribuição importante ao estudo da Economia Política Mundial. Nesta abordagem o sistema de Estados soberanos não pode ser analisado sem levar em conta a organização social da atividade produtiva. A preocupação constante do autor é a relação entre a esfera da dinâmica interestatal, a expansão do mundo capitalista com sua tendência à periferização e como se formam, consolidam e evoluem as classes e frações sociais nessa interligação. Van der Pijl elaborou, assim, uma teoria não-reducionista do sistema geopolítico a partir de duas perguntas-chave: qual a dinâmica da relação entre o sistema de Estados e a reprodução do capitalismo e como as relações de classe são moldadas tanto pelo capitalismo enquanto modo de produção quanto pela geopolítica. A formação de classe não é analisada unicamente em função de interesses econômicos, mas também a partir da dinâmica geopolítica. **Palavras-Chave** Economia Política Mundial; Teoria de Regulação; Controle abrangente; Centro Lockiano; Estados Contendedores.

Abstract The vast work of Kees van der Pijl, still scarcely known in Brazil, has given an important contribution the study of Global Political Economy. In this approach the system of sovereign states can't analyzed without taking into consideration the social organization of productive activities. The interaction between the interstate dynamics -the expansion of the world system with its tendency to peripherize - and the making, formation and consolidation of classes and social fractions are at the center of the authors studies. In this way, Van der Pijl has created a non-reductionist theory of the geopolitical system based on two key-questions: the dynamics of the relation between the state-system and the reproduction of capitalism and how class formation is a reflection of capitalism as a mode of production and of geopolitics. Class formation is not analyzed just as a function of economic interests, but as part of geopolitical dynamics as well. **Keywords** Global Political Economy; Regulation Theory; Comprehensive concepts of control) Lockean haertland; Contender States.

Introdução

Este artigo pretende apresentar a contribuição de Kees van der Pijl ao Estudo das Relações Internacionais a partir da sua extensa obra desde meados da década de 1970 até os dias de hoje. O autor se situa na tradição (neo) estruturalista e se identifica com o estudo da Economia Política Mundial, entendendo-o como um conceito mais amplo que a Economia Política Internacional (EPI), este facilmente reduzível a uma subárea das Relações Internacionais. Nesta visão, o sistema de Estados soberanos não pode ser analisado sem levar em conta a organização social da atividade produtiva.

A preocupação constante do autor é a inter-relação entre a esfera da dinâmica interestatal, a expansão do mundo capitalista com sua tendência à periferação e como se formam, consolidam e evoluem as classes e frações sociais nessa interligação. Apesar de Marx enxergar a burguesia como uma classe internacional, durante muito tempo a análise de estruturas de classe limitou-se ao âmbito nacional e à relação desta com a esfera internacional. No processo de internacionalização do capital, a composição e os interesses das várias frações de classe não são fixos, mas se alteram. A pergunta chave é como os conflitos e sobreposições destas frações são moldados pelo sistema interestatal e como este, por sua vez, se estrutura respondendo a estes conflitos. Em vários momentos ao longo da sua obra o autor cita a famosa frase de Lenin em seu discurso no 8º Congresso do Partido Bolchevique, em março de 1919, de que não vivemos somente em um Estado, mas em um sistema de Estados. Esse sistema hierárquico implica um desenvolvimento desigual e combinado e se construiu sob dominação do centro do capitalismo global situado no mundo anglo-saxão, o qual o autor vai chamar de centro lockiano. A principal referência histórica não é, portanto, o que se tornou mítico no *mainstream* de RI, o Tratado de Vestefália de 1648, mas a Revolução Gloriosa de 1688, quando a burguesia inglesa se libertou dos constrangimentos impostos pelo Estado e pela Igreja, dando à luz a conformação política e econômica do estado/sociedade lockiano. Van der Pijl elaborou, assim, uma teoria não-reducionista do sistema geopolítico a partir de duas perguntas-chave: qual a dinâmica da relação entre o sistema de Estados e a reprodução do capitalismo e como as relações de classe são moldadas tanto pelo capitalismo enquanto modo de produção quanto pela geopolítica. A formação de classe não se dá unicamente em função de interesses econômicos, mas é determinada também por questões geo e etnopolíticas.

Ao mesmo tempo, e aí uma diferença em relação aos estruturalistas franceses, o sistema internacional não pode somente ser entendido como expressão das dinâmicas de relações de classe, mas há de se analisar, também, como se criou uma própria dinâmica do sistema interestatal, que, por sua vez, tem um papel estruturante nas relações de classe em nível nacional e intencional. Isso implica uma rejeição da noção de que a internacionalização ocorreria no contexto de um sistema interestatal dado. A relação aparentemente contraditória entre o processo de acumulação de capital globalizante e a estrutura do Estado nacional é explorada justamente pelas classes dominantes do centro, gerando um espaço de atuação transnacional, fora dos controles democráticos de seus países.

Há ainda uma clara influência do pensamento gramsciano, explicitada em vários momentos para analisar a legitimação do poder de classe tanto em nível nacional como internacional. E, a partir desse conceito, a dinâmica do consentimento e “*cooptação protegida pela força da coerção*”. Embora partindo da tradição marxista, Van der Pijl rejeita interpretar a política e a ideologia como simples superestruturas das relações econômicas. Ao mesmo tempo, em vários momentos, fica

evidenciado seu compromisso com uma abordagem ligada ao materialismo histórico, analisando o presente como história, entendendo a organização social - a forma específica da exploração da natureza pelas comunidades humanas - como fruto do desenvolvimento histórico que, a partir de seus conflitos internos, levará a outras formas, rejeitando veementemente a noção que haveria uma lógica ou resultado predeterminado.

Iniciando sua vida acadêmica no Departamento de Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Amsterdã em meados da década de 1970, Van der Pijl tornou-se o principal expoente da Escola de Amsterdã. Nesse período, ele se projetou internacionalmente com o livro *The Making of the Atlantic Ruling Class*, publicado originalmente em 1984, fruto de uma década de reflexão coletiva que se iniciou com pesquisas sobre o processo de integração europeia e a introdução do fordismo na Europa no sentido amplo. No final de seu período em Amsterdã, ele sistematizou o que já poderia ser chamado de teoria no livro *Transnational Classes and International Relations* (1998). A partir de 2000, integrou-se à *School of Global Studies* da Universidade de Sussex, no Reino Unido, onde atuava no Centro para Economia Política Mundial, do qual se tornou professor emérito em 2012. Deste período, destaca-se o livro *Global Rivalries from the Cold War to Iraq* (2006) que, de certa forma, pode ser visto como uma continuação do seu livro de 1984, mas, agora, com mais consistência teórica e uma maior ênfase à perspectiva dos Estados contendores. Em seguida, partiu para um projeto ambicioso que resultou em três volumes sobre os Modos de Relações Internacionais e a Economia Política (*Modes of Foreign Relations and Political Economy*), numa tentativa de elaborar uma nova e ousada teoria sobre as relações internacionais a partir das suas origens antes da formação dos Estados nacionais. No terceiro volume, analisou as origens da disciplina de RI tal como ela é até hoje, dominada por visões e perspectivas anglo-americanas. Cabe ainda mencionar a produção voltada ao ensino da Economia Política Mundial, em particular “*A Survey of Global Political Economy*” (2009)¹ e o “*Handbook of the International Political Economy of Production*” (2015b).

A estrutura do artigo consiste em quatro seções, incluindo esta introdução. Na segunda, será apresentado o que se tornaria a essência da abordagem do autor, a análise da dinâmica das relações interestatais na conexão direta com a expansão do capitalismo mundial a partir da dicotomia entre o centro lockiano (*Lockean Heartland*) e os estados contendores (*Contender States*). Na terceira seção será discutida sua análise bastante ousada da RI como disciplina criada para afastar o debate crítico sobre o imperialismo e, em seguida, consolidada para servir à supremacia ocidental, mantendo-se sob domínio da visão anglo-americana, seguida de uma seção de considerações finais.

CONCEITOS E PROJETOS DE PESQUISA

Conceito de controle abrangente

Jessop (1990) classificou a Escola de Amsterdã, da qual Van der Pijl é o principal expoente, como uma das sete abordagens da teoria de regulação, que teve como grande referência Aglietta (1976). O modo de regulação, conceito central para todas as abordagens, se

1 Acessível e atualizado no site <https://libcom.org/files/A%20survey%20of%20global%20political%20economy.pdf>

refere a procedimentos sociais de controle que garantem a reprodução da expansão do capital dentro de um determinado espaço e tempo. Para uma determinada regulação ser mantida, é preciso garantir uma taxa de lucro adequada para o conjunto de setores do capital e, ao mesmo tempo, um equilíbrio entre estrutura de produção e consumo para regular a luta de classes. Na impossibilidade de manter esse equilíbrio, haverá conflitos que levam a novos modos de regulação. A Escola de Amsterdã preocupou-se especificamente em analisar os modos de regulação de uma perspectiva internacional e com enfoque nas disputas entre as frações de classes. A partir de um trabalho publicado sobre a orientação internacional das frações da burguesia holandesa no interbellum (BODE, 1979), o grupo começou a utilizar o **conceito abrangente de controle**², que se refere à organização de um projeto hegemônico para envolver as várias frações de classe e o apoio popular em uma estratégia de acumulação de capital que privilegia os interesses específicos da fração dominante, sem desconsiderar os interesses das demais frações, e garante recompensas materiais e ideológicas suficientes para as classes dominadas. Ou seja, há uma preocupação com as condições que garantem a acumulação de capital, de um lado, e de outro a dominação política de classe. Uma dupla hegemonia: da fração hegemônica sobre as demais frações da classe dominante e da classe dominante em seu conjunto sobre as classes subalternas. A partir desta abordagem, foram desenvolvidos estudos de regimes históricos específicos com ênfase na formação internacional de frações de classes sócias, em particular na Europa após a Segunda Guerra Mundial e no processo de integração europeia. Além de Van der Pijl e Bode, destacaram-se Henk Overbeek, Otto Holman, Mariane Marchand, Meindert Fennema e Bastiaan van Apeldoorn. Esses autores analisaram o modo de regulação do sistema internacional a partir da governança global – cujas regras são determinadas pelo ocidente – e da igualdade soberana formal respeitada para aqueles Estados que se submetem às regras desta governança.

A Escola de Amsterdã pode ser entendida ainda como um contraponto à tentativa de Keohane e Nye de inovar o *mainstream* para captar as turbulências da década de 1970. Esses autores pretendiam criar um novo paradigma para o mainstream ao introduzir o conceito de “regimes internacionais”. Os regimes são analisados como acordo entre Estados ou a partir de hegemonia de um Estado e mantêm a expansão do capitalismo global e as lutas de classe ocultas. O conceito abrangente de controle é, de certa forma, a resposta à mistificação do uso de regimes internacionais. De outro lado, tinham surgido, na década de 1970, as teorias do Sistema-Mundo, com a obra de referência de Wallerstein (1974), que colocou no centro da análise os padrões de intercâmbio desiguais entre as regiões e que deixavam pouco espaço para o estudo da rivalidade intercapitalista. A Escola de Amsterdã enfatiza justamente, a partir da elaboração da noção de Marx sobre frações e capital, o estudo das formas concretas e realidades históricas específicas que deram origem à configuração e reconfiguração destas frações com estratégias de classe diferenciadas. A questão é identificar qual dos setores controla politicamente a ação do Estado e as demais instâncias de interesse geral para o processo de acumulação de capital. O conceito de fração faz, desta forma, a ligação entre a esferas política e a econômica. Como isso, havia uma clara rejeição a referir-se ao capital como um bloco unificado. A rivalidade entre frações leva à he-

2 O artigo no qual Bode lançou esse conceito foi escrito em holandês e somente traduzido para o inglês em 2017, mas, a partir do início da década de 1980, os vários integrantes da Escola de Amsterdã, e, em particular, Pijl, começaram a publicar quase exclusivamente em inglês. O termo original era “*beheersconcept*”, o que foi traduzido em inglês para *comprehensive concept of control* e em francês para *concept general de controle*. Sobre a Escola de Amsterdã ver também o livro organizado por Jessop e Overbeek em 2018.

gemonia de uma determinação fração em um determinado contexto histórico em função de dois fatores: a força econômica derivada do processo de acumulação de capital em curso e a capacidade política de mobilizar outros segmentos da população em torno de seu projeto/definição de interesse geral. A compreensão dessa interação entre as esferas econômicas e políticas exige uma abordagem histórica e internacional, justamente para entender a formação de classes sociais. Houve uma clara influência de Poulantzas, em particular da análise da fração de internacional de capital na Europa feita por este autor, e estabeleceu-se um diálogo com Gramsci, em particular com sua texto *Americanismo e o fordismo*.

Centro lockiano e Estados contendedores

Van der Pijl aperfeiçoou essa abordagem ao introduzir uma dicotomia que estruturará seus trabalhos futuros: identifica, de um lado, um **centro lockiano**, e, de outro, os **Estados contendedores**. A tendência de expansão global é representada pelo capital organizado em torno de um grupo de Estados unificados organicamente. Esta internacionalização do capital a partir do centro Lockiano tende a transformar o resto do mundo em periferia, provocando, porém, também a formação de Estados que tentaram resistir a uma subordinação aos interesses do capital internacional, usando o Estado como elo de organização da resistência. Assim, a estrutura da economia política internacional é interpretada como um processo de expansão do centro lockiano desafiado por sucessivas gerações de Estados contendedores. São tipologias que servem para analisar a realidade concreta e sua evolução histórica e devem ser entendidas como categorias da economia política mais do que da geografia.

A estruturação dos Estados contendedores é baseada na tentativa de se desenvolver a partir de seu espaço econômico nacional, enquanto o centro lockiano se organiza e expande sua influência a partir de vários modos de regulação, tendo sempre como objetivo a manutenção da sua posição privilegiada na divisão internacional do trabalho. Embora o autor não tenha usado a referência, há um diálogo claro com a noção de *Chutando a Escada* (CHANG, 2003), no caso entendendo o ato de tentar subir a escada (os Estados contendedores) e os conflitos em torno dos esforços de chutar a escada (o centro lockiano) como elementos estruturantes da política internacional. O centro lockiano precisa, para sua expansão, contar com “*open nation-states*”. Essa abertura significa limitar a soberania ao mesmo tempo em que a ideologia do sistema liberal global garante igualdade formal entre as soberanias. A doutrina Monrou e a política de portas abertas (*open door policy*) na China trilharam essa ideologia, que iria se consolidar na Pax Americana pós a Segunda Guerra Mundial. Mas essa abertura não se refere somente à soberania na esfera da política externa. Ele se refere também à organização do Estado e à disputa política com a organização do sistema político eleitoral nos moldes das práticas nos países do centro lockiano.

Os Estados contendedores acabaram se opondo à livre circulação do capital transnacional para defender seu espaço econômico-nacional. Esse padrão é identificado na França do século XVIII, durante o absolutismo dos Bourbons com o nacionalismo econômico de Colbert, depois na Alemanha (primeiro com Bismarck e depois no nazismo), no Japão, entre 1870 e 1945, e na União Soviética, de 1930 a 1991, tendo hoje como principal referência a China. A consolidação

do sistema internacional baseado em “*liberal global governance of open nation-states*” como a contrapartida política da globalização capitalista deu-se somente na Pax Americana, mas as ideias básicas foram desenvolvidas durante a Pax Britânica. Este sistema de controle abrangente significa a transição da dominação direta para a indireta ou a troca de um império formal por um informal. E este império informal ganha a conotação de “governança global” e impõe certo padrão de organização ao Estado contendedor. Nas palavras do autor:

The main external factor congealing the Hobbesian configuration is of course the existence of a more advanced state/ society complex, which by its transnational expansion has already occupied the international terrain commercially and culturally (VAN DER PIJL, 1998, p. 80).

Ou seja, o antagonismo com o ocidente gera uma dinâmica política própria. A postura antiocidental, característica dos Estados contendedores, deve ser entendida como resultado da frustração diante dos constrangimentos impostos para o seu desenvolvimento, ou seja, em termos de Chang: como reação ao chute da escada.

Desafiar a posição subalterna imposta pela divisão de trabalho organizado a partir do centro lockiano exige uma mistura de poder econômico e político que se juntam na estruturação de um Estado com um poder centralizador, que tende a deixar pouca autonomia para a sociedade civil. Nas palavras do autor: “*Uma proporção inevitável de autoritarismo foi sempre inerente ao contrato social nesses países*”³ (VAN DER PIJL, 2016, p. 77. Tradução própria). O padrão de organização do Estado contendedor seria hobbesiano, com o domínio por parte de uma “*state class*” cujo poder se dá pelo controle do aparato estatal e não tem uma base social que reproduza seu poder. A tragédia é que os direitos liberais da Revolução Francesa não podem ser universalizados no contexto do processo de expansão do capitalismo global e da dominação política militar do centro lockiano. Van der Pijl aplica essa noção de forma bastante rígida. Nas suas palavras:

How would an activist state that seeks to mobilize its own social base in order to engage in the catch-up effort while warding off the danger of being subordinated and/or penetrated ever be able to loosen its grip on society in this way? (VAN DER PIJL, 2014, p. 391).

Assim, a própria dicotomia se expressa em perspectivas diferentes sobre a relação entre Estado e direitos liberais. A perspectiva lockiana projeta a *protection from the state*, mas na lógica Estado/sociedade do Estado contendedor prevalece a proteção coletivo *by the state*. A classe dirigente em Estados contendedores percebe a comunidade sob sua jurisdição como *key asset* no esforço de abrir espaço para seu desenvolvimento com uma narrativa em torno do bem-estar coletivo. Há espaços para direitos como saúde, emprego e habitação, mas o Estado espera e exige em contrapartida a participação do indivíduo no esforço coletivo de desenvolvimento puxado por ele. São padrões lockianos e padrões contendedores. Não se trata do bem contra o mal, embora tenha se tornado uma bandeira poderosa da diplomacia ocidental, inclusive para justificar a

3 “Une proportion inévitable d’autoritarisme fut toujours inhérente au contrat social dans ces pays.”

desestabilização dos Estados contendores a partir de um apoio direto ou indireto, aberto ou oculto, à sociedade civil descontente. E esse descontentamento terá um potencial maior na medida em que os esforços para o desenvolvimento se frustrem ou se percam em lutas internas na classe que controla o Estado ou na apropriação indevida de ativos coletivos por parte dela.

Já nos países do centro lockiano, a classe dirigente organiza sua hegemonia a partir da sociedade e não a partir do Estado. É justamente a partir desse poder na sociedade que ela controla o Estado. Mas, embora o dinamismo venha da sociedade civil, o Estado lockiano é fundamental para sustentar o controle abrangente liberal no âmbito internacional. Não há nada de *laissez-faire*, mas um Estado forte no seu escopo de atuação para garantir o funcionamento da economia de mercado, em particular em relação à moeda. Além disso, o Estado lockiano foi fundamental para criar as vantagens competitivas que o colocaram no centro da divisão internacional de trabalho. Aqui, novamente, há uma coincidência com a leitura de Chang.

Nessa dinâmica, os estados contendores são levados a competir e confrontar-se também entre si, estimulados pelas políticas de balanço de poder, primeiro do Reino Unido e depois dos EUA. Nessa análise, Van der Pijl lança mão da teoria do “*active balancing*” de Teschke (2003). A exploração de divisões dentro da Europa por parte dos EUA para mantê-la unida, mas sob a liderança estadunidense, é um exemplo disso. Outra preocupação, durante e depois da Guerra Fria, era destruir a unidade ou possibilidade de formação de bloco por parte dos países do sul, isolando os países mais radicais, se necessário, por meio da guerra, e ao mesmo tempo absorvendo e integrando os Estados moderados. Há também uma compreensão de que possam conviver vários conceitos de controle e a permanência da influência de um legado do passado. O exemplo utilizado é o da França, que mesmo depois de ter sido incorporada ao centro lockiano, manteve traços do seu passado de Estado contendor que se expressam, por exemplo, na política externa gaullista e na tradição de apoio estatal às empresas de capital nacional.

Não pode haver dúvidas de que, embora a abordagem realista dos tomadores de decisão no centro lockiano possa levar a uma convivência pacífica com Estados contendores, o objetivo a longo prazo sempre será a sua incorporação como parte de um projeto universalista. Nas palavras do autor:

The strategic objective of the ruling classes of the heartland has all along been to dispossess the contender state classes and integrate the rival societies into the expanding West (VAN DER PIJL, 2014, p. 394).

Ele identifica três padrões para a destruição do Estado contendor e a incorporação do seu complexo Estado/sociedade enquanto periferia: a promoção da democracia provocando “*regime change*”; intervenções militares caracterizadas de uma forma ou outra como humanitárias; ou provocando processos de privatização de ativos estatais, impondo uma lógica de mercado e propriedade privada sobre todos os ativos estratégicos. Em todos esses casos há um esforço organizado para mobilizar e depois ajudar aquelas frações e grupos que identificam no ocidente o modelo para defender seus interesses.

Percebe-se, aqui, certa rigidez e um pessimismo da razão, porque essa análise implica que, enquanto o centro lockiano estiver no comando da economia e da política internacional, as periferias, com ou sem uma classe dominante hegemônica nacionalista, com pretensões de subir

a escada, não conseguem alterar sua posição na divisão internacional de trabalho sem provocar conflitos de ordem política e/ou militar. Estratégias de desenvolvimento por parte dos estados periféricos, ou em via de periferização, assumem, mais cedo ou mais tarde, o caráter de um confronto. Mas implica também que nessas sociedades a democracia será limitada de forma estrutural. Os Estados contendores exigem sacrifícios grandes da sua população e acabam facilmente envolvidos em lutas árduas entre frações pelo controle do aparelho estatal em busca de interesses parasitários. É utilizado o conceito de revolução passiva⁴ de Gramsci para identificar a atuação de frações capitalistas que aspiram uma autonomia e ruptura com a classe que controla o Estado e se tornam aliadas da classe dominante do bloco liberal global, cujo interesse é derrubar a elite estatal do Estado contendor.

A formação de uma classe dominante global

Pijl tem uma forte preocupação nas suas pesquisas em demonstrar, ou melhor, revelar, como se dá a formação de classes transnacionais com extenso levantamento e análise de redes, fóruns e grupos informais, dos quais o fórum anual de Davos se tornou o exemplo mais abrangente. Esse trabalho empírico sobre a organização do que chama de “*organised policy planning behind the scenes*” como forma de socialização da condução da luta de classes por parte da burguesia é muito rico. A importância desses grupos é a geração de um consenso de classe entre as elites, fornecendo uma coesão ideológica, e contribuir com o planejamento de longo prazo da ordem internacional a partir da reprodução da sua hegemonia. Além disso, seu papel também é integrar parte das elites capitalistas dos países contendores aos interesses do centro (*offshore alliances of capital*), lembrando que estes Estados se caracterizam pelo padrão de Estado forte, mas também uma classe econômica fraturada. A análise minuciosa, de pessoas e redes, pode ser confundida com as teorias de elite, quando, na verdade, Pijl pretende mostrar que classe não é uma entidade fixa, mas objeto de um processo histórico de formação e reorganização. Sobretudo a classe dominante se consolida ou transforma em um processo constante de constituição e reconstrução. E, nesse processo, uma das grandes contribuições do autor é justamente mostrar como a consciência da classe dominante é formada e os meios utilizados para o desenvolvimento da hegemonia. Além do mais, essa atenção, às vezes com excesso de detalhismo, se deve à convicção de que: “...*a Social Science which cannot identify who in the final analysis act to have their way against others resisting them, remain abstract*” (PIJL, 2012, p. xvii). Ao final, os agentes representam a estrutura em ação.

O autor identifica o Rhodes-Milner Group, na época do Império Britânico, como um dos primeiros exemplos destas articulações. O grupo surgiu como reação aos desafios à Pax Britânica por uma dupla rivalidade. De um lado, os Estados contendores e, de outro, a força política dos trabalhadores. O Rhodes-Milner Group estabeleceu contatos com as universidades de elite,

4 Gramsci desenvolveu o conceito de revolução passiva para caracterizar transformações de sociedades com vistas à objetivação do modo de produção capitalismo sem que seja necessária uma participação popular, tal como aquela ocorrida na Revolução Francesa (1789-1799).

como Oxford, e teve ainda a preocupação de cooptar parte da classe trabalhadora em torno de uma proposta de imperialismo chauvinista e racista. Pijl usa muitas referências a uma grande variação de estudos de caso e colocou estes dentro de um padrão. No caso do Rhodes-Milner Group, por exemplo, a principal referência é o livro do Quigley, escrito em 1949, mas publicado somente em 1981. Inúmeros outros grupos e redes iriam surgir para consolidar a hegemonia da classe dominante transnacional a partir do centro lockiano. A respeito da década de 1920, são explorados o surgimento da *Carnegie Endowment for International Peace*, do *Council on Foreign Relations* e o papel da Câmara Internacional de Comércio em Paris. Há uma expansão destas articulações depois da Segunda Guerra Mundial sob a Pax Americana. Pijl identifica o *Bilderberg Group*, criado em 1952, como “*the first truly North Atlantic planning body*” (PIJL, 1998, p.121), organizado para a defesa do liberalismo corporativo e garantia da participação de espectro político amplo e a cooptação de lideranças sindicais. Outro exemplo, criado pelo Deutsche Bank e Paribas, é o *European Society for Industrial Development*. A questão em relação a esses grupos não é tentar entender quais decisões foram tomadas lá. O ponto é analisá-los como espaços para as elites políticas e econômicas explorarem novas ideias, superar desconfianças, criar redes e preparar acordos. Pijl mostrou, por exemplo, ao longo de seus livros, o papel dessas estruturas para organizar a defesa da integração europeia e do fortalecimento da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). São todos meios para a formação de uma classe transnacional a partir de teias de contatos e financiamentos de pesquisa e formação de opinião. Uma referência utilizada para analisar o papel das redes de CEO’s e planning groups na reprodução da dominação da classe dominante do centro é Carroll (2010), que fez um extenso estudo empírico sobre isso.

O Estado dual

Outro conceito explorado é o que denomina de Estado dual, “*deep state*” ou “*shadow structures*”. Trata-se da hipótese de uma guerra política organizada e permanente com apoio de redes privadas *undercover*, sabotagem, guerra econômica e psicológica contínua, chamada “*domestic shadow government*”, cujo centro é o que o autor chama de “*permanent hidden national security apparatus*”. Essa hipótese é um objeto de análise importante nos trabalhos de Pijl e, mais tarde, usa também a classificação “*Nato underground*”. O objetivo é garantir a capacidade de uma ofensiva contrarrevolucionária que não esteja limitada ou subordinada às regras do jogo do Congresso, do Judiciário ou da opinião pública. Na prática, essas atividades contribuem com o objetivo de: “*defeat all contender formations and open them up for commodification and exploitation*” (PIJL, 2015, p.20). Os exemplos são muitos, a começar pelo *Irangate*, as conexões com Irã, Israel e o narcotráfico para financiar os contras na Nicarágua e as operações de apoio aos Mujahedeen no Afeganistão. Nestas operações, por exemplo, havia um envolvimento do Donald Rumsfeld e Dick Cheney, embora não tenham chegado a ocupar cargos oficiais no governo Reagan.

Modo de Relações exteriores

Em meados da década de 2000, Pijl começou a refletir sobre o limite de uma interpretação das relações internacionais exclusivamente a partir da política econômica da tradição marxista. Ele chegou à conclusão de que, na verdade, faltou nessa tradição uma tentativa de elaborar uma teoria sobre as relações exteriores em si. Para isso, explora as origens da relação de comunidades com o exterior, os modos de relacionamento e como eles o definem. Ao redefinir a história da política mundial em modos de relações exteriores, o ponto básico é que as comunidades teriam em comum a ocupação de um espaço social e considerarem as demais como externas. A ocupação, proteção e regulação dos intercâmbios com os demais seriam componentes universais.

A ideia central é que Estados são organizações recentes e que as relações exteriores são mais antigas que 1648. A autoridade pública não necessariamente tem a formação de Estado nacional na história, e pode, mesmo assim ser analisada no contexto da sociedade, da luta de classes e das ideologias dominantes.

No Vol. II da trilogia, ele estudou como as comunidades, sem exceção, usavam mitologia e religiões para dar sentido ao mundo externo. São esses os elementos que vão depois se confundir com o desenvolvimento do capitalismo global, mas mantiveram uma dinâmica própria, embora conectada com a expansão capitalista. Estudando as origens das relações entre sociedades, que se enxergavam como “estrangeiro”, implicou para Pijl automaticamente construir um entendimento da política mundial, que não só é não-economicista, mas também é não-eurocêntrica, não-modernizante e não-estadocêntrico. Sem dúvida, podemos aqui identificar uma inspiração do livro do Friedrich Engels *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, publicado em 1884, embora o objeto de pesquisa para Engels fosse a propriedade privada e o Estado. Para Pijl a trilogia, e, sobretudo, os primeiros dois volumes, pretendem explorar as origens das relações exteriores e, com isso, do sistema interestatal. O trabalho resultou em três livros publicados entre 2007 e 2014.

RI COMO DISCIPLINA DA SUPREMACIA OCIDENTAL

No terceiro volume da série sobre os modos de relações exteriores e economia política, “*The Discipline of Western Supremacy*” (2014), o autor sistematiza e completa sua análise sobre a formação e estruturação do próprio campo de estudo chamado RI, à qual ele já fizera referências em várias outras obras. O objetivo central do livro é demonstrar de que forma se constituiu o mainstream a partir de um conjunto de teorias que projetam a supremacia ocidental na forma de uma hegemonia intelectual funcional ao centro lockiano.

Nas palavras do autor: “*IR serves to discipline thinking about foreign relations in terms of the pre-eminence of the Western way of life*” (PIJL, 2014, p. vi) e, desta forma, obscurecer as relações de dominação e exploração implícitas no mundo liberal-democrático. Ele questiona o papel daqueles que levaram essa disciplina, nestes termos, adiante:

The discipline has instead assumed a mercenary quality and scholars have become 'embedded intellectuals' sustaining Westerns supremacy in the face of mounting challenges (PIJL, 2014, p. xiii).

O autor começa por analisar o processo de reorganização das universidades norte-americanas e a introdução das estruturas departamentais como parte da disciplina imposto pelo capital sobre o trabalho e não poupa detalhes e inúmeras referências para sustentar essa abordagem. A criação da disciplina dever ser vista, portanto, no contexto de um movimento mais amplo de fragmentação do conhecimento e da introdução de métodos padronizados para a pesquisa e o ensino superior em favor de interesses de classe. Aqui ele explora seu duplo significado ao enfatizar o objetivo disciplinador da organização social, e, em última instância, da própria luta de classes. Um processo bem mais sofisticado do que o controle externo por meio de monitoramento e coerção. Essa preocupação com a organização do processo disciplinar do pensamento o faz dialogar em vários momentos com Foucault, embora isso não o impede manter sua crítica a este e outros autores pós-modernos e pós-estruturalistas, que igualmente se preocuparam com a organização e controle do pensamento. Esta crítica se resume a duas questões. Primeiro, a falta de clareza das relações de poder. Nas palavras do autor: "*Of course, as with most of Foucault's writings, who governs whom is largely left in the dark. But there is no doubt that "discipline", his master concept, was prominently involved*" (VAN DER PIJL, 2012, p.7). E, segundo, não haveria nessas abordagens nenhuma relação direta com lutas sociais para a transformação.

Pijl enfatiza o papel do Woodrow Wilson, que deu aos objetivos de guerra dos EUA uma narrativa universal. Os princípios norte-americanos eram os mesmos da humanidade e deveriam prevalecer. Além disso, ao refletir sobre a falta de planejamento político na época anterior à entrada dos EUA na Primeira Guerra Mundial, criou, no mesmo ano de 1917, o grupo *Inquiry*, juntando 126 acadêmicos, entre os quais Walter Lippmann. O objetivo do grupo era elaborar uma visão abrangente do mundo e acabou, entre outros, por formular oito dos quatorze pontos. O grupo teve também um papel importante nas negociações de paz em Paris, em particular com suas propostas sobre a demarcação de fronteiras, formação de governos, direito internacional e a defesa das minorias. Em retrospectiva, Van der Pijl concluiu: "*The subordination of US scholarship to the state as providers of 'intelligence' has remained a characteristic of the discipline of IR for which the Inquiry paved the way*" (VAN DER PIJL, 2014, p. 70).

Ao proclamar a autodeterminação nacional como parte do desenho liberal para o mundo, Wilson reagiu, na verdade, ao internacionalismo da revolução russa. Os seus quatorze pontos seriam, nesse contexto, "*a counter-revolutionary copy of the Bolshevik programme*" (VAN DER PIJL, 2014, p. 35). RI teria surgido, portanto, para desconectar os fenômenos políticos dos processos político-econômicos aos quais estão atrelados, em particular as lutas de classes e o processo de acumulação de capital. Ou seja, a democracia dissociada da inequidade econômica e o capitalismo como o estado natural e superior das coisas. Coube à nova disciplina ofuscar e marginalizar o rico debate em curso, na época, sobre autodeterminação dos povos na perspectiva de uma crítica ao imperialismo. A nova disciplina iria enfatizar a igualdade soberana e a governança global. A contradição em termos entre a expansão capitalista e suas formas de exploração, de um lado, e a noção da soberania nacional, de outro, foi enfrentada com a ideia que os estados centrais seriam mais iguais que os demais por serem mais desenvolvidos. Pode-se fazer uma comparação com o *mainstream* na

economia, que organizou o debate para não discutir as relações de propriedade capitalista.

Em princípio, a proposta de Lippmann, com apoio do JP Morgan, era criar, a partir da American e British Round Table, um único *Institute of International Affairs*. Mas com a derrota temporária do universalismo wilsoniano, surgiram dois centros em paralelo: o *Council on Foreign Relations* e no Reino Unido o *Royal Institute for International Affairs (Chatham House)*. O presidente honorário do Council on Foreign Relations era Elihu Root, ex-presidente do Carnegie Endowment, e o seu presidente-executivo John Davis, do J.P. Morgan. Essas estruturas de “*policy-planning bodies*” tinham como função operar como canais de contato entre os formuladores de política e a inteligência acadêmica, gerando inclusive a lógica das portas giratórias. Assim, o *Council on Foreign Relations* é analisado como uma generalização da experiência do grupo *Inquiry*, envolvendo a inteligência acadêmica em “*shaping and covering ruling class hegemony*”. A ciência social não existe para entender, mas para controlar, disciplinar. O mito de nascimento de RI é a ameaça de Estados não-liberais ao bem-estar das populações que deveriam ser protegidas ou libertadas pelo ocidente.

Van der Pijl mostra em detalhes a contribuição crucial da Fundação Rockefeller em financiar pesquisas na área. Em 1935, entrou no seu conselho John Foster Dulles, que seria mais tarde o ministro de Relações Exteriores de Eisenhower. O autor ainda descreve como exiliados da Alemanha deram uma contribuição importante para a consolidação de RI e menciona especificamente a influência do Carl Schmitt, que provocou o fortalecimento do contraponto realista ao universalismo idealista wilsoniano. Este processo foi reforçado com a chegada do Hans Morgenthau, em 1930. Outra reflexão diz respeito à suposta contraposição do universalismo dos idealistas (*the open world*) contra a limitação a uma área específica de influência dos realistas. Sobre isso, ele afirma:

...the ‘realist’ perspective is always premised on a return of the conditions favouring its ‘idealist’ opposite – a limited sphere-of-influence is only the temporary substitute for the projection of global governance (VAN DER PIJL, 2014, p. 92).

E, ao final, são duas faces da mesma moeda: “*Western supremacy always remains the presupposition*” (idem, p. 82). O mesmo veredito é expresso a respeito do tal segundo debate entre estudiosos das “relações internacionais científicas”, que procuram aperfeiçoar os métodos científicos de pesquisa na teoria das relações internacionais e aqueles que insistiam em uma abordagem mais histórica/interpretativa da teoria das relações internacionais (neo-kantiana, weberiana), que, para o autor, não passa de um: “*shadow-boxing match*” (idem, p.118). Naquele momento, o verdadeiro debate deveria ter sido a partir do discurso de despedida de Eisenhower, em janeiro 1961, sobre o poder do complexo industrial-militar. Lembrando que Eisenhower falou também do impacto do poder econômico sobre a academia:

a government contract becomes virtually a substitute for intellectual curiosity.... The prospect of domination of the nation’s scholars by Federal employment, project allocations, and the power of money is ever present-and is gravely to be regarded (Eisenhower, 1961).

Na prática: “*Realism is called for to legitimate aggression against contender states not submitting to the West’s benevolent guardianship*” (VAN DER PIJL, 2014, p.123).

No âmbito da ofensiva Marshall e da Guerra Fria, a disciplina de RI não só foi mobilizada para os esforços anticomunistas, mas também para dar o suporte ideológico à reorganização da dominação direta para uma indireta, do império formal da Pax Britânica para a informal da Pax Americana. O “império informal” ganharia o nome de “governança global”.

A década de 1970 foi marada por uma nova onda de *think-tanks*. Houve uma renovação das próprias chamadas teorias de RI para incorporar as tensões e acontecimentos da época, em particular a abertura para o estudo da economia internacional. Robert Keohane e Joseph Nye, do *Harvard’s Center for International Affairs*, lançaram o que chamaram de novo paradigma com uma conferência sobre relações transnacionais que resultou, em meados de 1971, em um número especial de uma das principais revistas de RI, *International Organization*. A ideia defendida, na maioria das contribuições, com exceção daquela de Robert Gilpin, era que os Estados nacionais estavam perdendo sua centralidade. Não se fazia uma ligação entre investimentos transnacionais e o neoimperialismo dos EUA. Para Kindleberger, baseado nos seus estudos sobre a década de 1930, a economia mundial precisava de uma liderança ativa do país mais poderoso. Ou seja, os EUA não deveriam atuar seguindo simplesmente o interesse econômico próprio, mas exercer sua força hegemônica em benefício da política econômica mundial. Assim, surgiu o conceito de “estabilidade hegemônica” como substituto para o debate sobre imperialismo norte-americano. Um papel benigno em torno do qual se poderia canalizar a economia política internacional como uma subdisciplina de RI e evitar o avanço de uma visão marxista ou inspirada no marxismo que recolocasse o imperialismo em pauta. Keohane teria até afirmado que não havia EPI até a década de 1970, ignorando completamente os trabalhos do André Gunder Frank, Harry Magdoff’s e tantos outros que já tinham desenvolvido uma abordagem crítica da economia política.

Stephen Krasner, de Standford, mais tarde diretor do *Policy Planning* do Ministério de Relações Exteriores, lançou, em 1985, a argumentação para uma limitação da soberania em seu *Structural Conflict: the Third World against global liberalism*, alertando para o risco de uma aliança de Estados contendores colocando em perigo o regime de livre mercado. Vários outros autores são destacados para entender a retomada da hegemonia estadunidense e do pensamento neoliberal. Entre estes o Samuel Huntington, que já em 1985 organizou uma conferência em Harvard sobre o terrorismo islâmico, dando a pista para a narrativa do inimigo externo pós queda do bloco soviético. Huntington lançou em um artigo no *Foreign Affairs*, em 1993, a ideia de *clash of civilization*, depois transformado em livro, em 1998. Seria o substituto da ideia do fim da história de Fukuyama e foi financiado pela mesma Fundação Olin e a CIA. O terrorismo islâmico e a China eram as duas ameaças para o Ocidente, apresentadas como inevitável choque de civilizações. Assim, ficaram mais uma vez fora da pauta de pesquisa as consequências da desestruturação de sociedades e classes pela globalização dos mercados econômicos com a polarização e concentração de poder e riqueza. Van der Pijl reconhece, porém, o mérito do Huntington. Apesar de não entender a expansão do capitalismo e do Ocidente como ataques a outras civilizações, ele, pelo menos, colocou o tema dos Estados e civilizações de volta.

Em seguida a guerra ao terror se tornaria a ideologia disciplinadora, nas palavras do autor: “*academics and journalists alike have become embedded in the War on Terror*” (VAN DER PIJL, 2014, p. 228). A ameaça da bomba atômica pela União Soviética foi substituída pelo risco

de um ataque terrorista com armas nucleares contra os EUA. A teoria estava pronta para transformar o 11 de setembro de 2001 no novo Pearl Harbour para justificar a guerra mundial contra o terror, com direito a invasão de países, derrubadas de governos e até limitação de direitos civis nos próprios EUA.

A análise crítica da constituição e do desenvolvimento da disciplina é extremamente rica, mas há lacunas importantes. Há uma ausência dos autores latino-americanos da teoria de dependência. Outra questão é que o foco é sobre a supremacia do pensamento anglo-saxão, e o elemento de supremacia racial, como também constitutivo da disciplina, é mencionado somente marginalmente. Assim, por exemplo, falta a referência ao *Journal of Race Development*, a primeira revista de RI nos EUA, que iria se fundir depois no *Foreign Affairs*, ligada ao Council of Foreign Relations. É verdade que o autor de referência, Robert Vitalis (2015), que analisou a criação da disciplina de RI desta perspectiva, publicou seu livro posteriormente ao de Van der Pijl.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas publicações, Van der Pijl assume uma visão bastante pessimista ao identificar uma radicalização do neoliberalismo, algo de fácil compreensão pelo leitor brasileiro pós 2015. Embora o centro lockiano, desde a Revolução Gloriosa, dominasse a economia política mundial, as margens para uma reorganização de compromissos de classes para sustentar um capitalismo democrático pareciam se esvaziar, o que levaria a um modo de controle abrangente de capitalismo autoritário. Esta visão foi exposta, por exemplo, no texto *Democratic Capitalism in the Last Stages?* de 2015. O autor identifica a tendência ao autoritarismo e a proliferação da violência no próprio centro lockiano como implícitos na ideologia de guerra ao terror, por exemplo, com a restrição dos direitos individuais pelo *Patriot Act* e as operações de espionagem em massa sobre as próprias populações, como foi revelado e denunciado pelo Snowden.

Contudo, a obra de Van der Pijl representa uma rica análise, ao longo de uma produção vasta e ainda objeto de expansão, a respeito dos conceitos abrangentes de controle e as tentativas de desafiar a divisão internacional de trabalho imposta pela classe dominante internacional. Mas existe certa falta de atenção com a realidade dos países periféricos nos quais as classes dominantes se aliam aos interesses da classe capitalistas transnacionais ancoradas no centro lockiano e o dilema para retomar uma estratégia de desenvolvimento nacional a partir de um Estado contendor. Pode-se até ficar com a impressão de que, por não precisar de um Estado forte para organizar um processo de desenvolvimento nacional, haveria espaço para maior desenvolvimento democrático político enquanto se mantém a condição periférica. De outro lado, os conceitos desenvolvidos pelo autor podem ser de grande utilidade para analisar a realidade brasileira a partir do início da década de 2000 e o fracasso da tentativa dos governos do PT em provocar uma reorganização das classes sociais que pudessem sustentar um projeto de desenvolvimento visando superar a condição periférica do país. Para isso, seria necessário remontar um Estado contendor com uma aliança de classes a partir da iniciativa do Estado com capacidade de organizar uma nova hegemonia. Lembrando a ênfase que Van der Pijl dá à noção de que as classes estão em constante formação e reorganização e que este processo está ligado diretamente aos

movimentos na arena internacional e à atuação do Estado. Outra contribuição importante são as análises das estruturas informais de articulação das elites. Os estudos do *deep state* correm, evidentemente, o risco de serem acusados de com teorias de conspiração. Por isso, o cuidado redobrado nas referências e na argumentação⁵. De outro lado, seria ingênuo acreditar que não haja intencionalidade e planejamento por parte dos grupos poderosos, utilizando-se das estruturas do Estado, formal e clandestina. Na verdade, considerando a quantidade de revelações comprovadas e até confessadas, como o apoio do governo dos EUA ao golpe no Brasil, o incidente no golfo de Tonkin, os negócios da CIA com traficantes do crack para financiar os contras na Nicarágua, os apoios clandestinos aos Mujahedins em Afeganistão que iriam, mais tarde dar luz ao Al Queda, entre muitas outras, a atenção deveria se voltar ao completo silêncio e a negação não só das hipóteses, mas mesmo dos fatos concretos nos estudos em RI. Por medo de serem acusados de teoria de conspiração ou de não serem aceitos no *mainstream*, há uma completa negação, e o filme do Oliver Stone sobre Edward Snowden veio para acusar esta omissão. No seu novo livro *The Downing of Flight MH17—A Political Economy of the New Cold War*, lançado em 2018, Van der Pijl explora a hipótese da derrubada do avião com quase 300 passageiros da Malaysian Airlines, voo MH17, em junho de 2014, no espaço aéreo da Ucrânia oriental, ter sido mais uma incidente de Tonkin. O objetivo teria sido para reorganizar a unidade dos países da OTAN contra a Rússia contendora de Putin e como parte de uma preparação para conter a China. Novamente há aqui uma abordagem que pode contribuir muito com a compreensão dos fatos que fizeram o projeto iniciado com Lula, em 2003, cair como um castelo de cartas, passando pela revelação da espionagem da Petrobras em 2013 e as manifestações, ditas espontâneas, em junho do mesmo ano. Van der Pijl mostra que estes estudos, embora válidos e importantes, exigem grande esforço de pesquisa empírica e muito cuidado na formulação das hipóteses. Mas, aqui, vale lembrar o embaixador Celso Amorim que, enquanto ministro de Estado, costumava dizer: “*não é porque sou paranóico que não há alguém me seguindo*”. E fora do governo foi mais diretamente ao assunto, corroborando com uma das hipóteses formuladas por Van der Pijl: “*Quem quiser que acredite em coincidências. Eu acredito na conspiração*”.

Referências

- AGLIETTA, Michel, *Régulation et crises du capitalisme*. Paris: Calmann-Levy, 1976.
- BODE, Ries. De Nederlandse bourgeoisie tussen de twee wereldoorlogen. *Cahiers voor de Politieke en Sociale Wetenschappen*. Vol 2 (4), 1979.
- CHANG, Ha-Joon. *Chutando a escada. A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Editora Unesp, 2003.
- CARROLL, William. *Corporate Power in a Globalizing World*. London: Zed Books, 2010.
- COX, Robert W. *Production, Power and World Order. Social forces in the Making of History*. New York: Columbia University Press, 1987.

5 Às vezes Van der Pijl acabou, mesmo assim, se expondo demais, por exemplo, quando sugere que se o Kohl tivesse esticado mais ainda a corda com sua política de cooperar com a tentativa de Gorbachev tentativa de rejuvenescer a União Soviética, contra a política dos EUA, ele teria corrido o risco de seguir o caminho dos outros assassinatos políticos suspeitos e nunca esclarecidos.

- CROZIER, Michel; HUNTINGTON, Samuel P.; WATANUKI, Joji. *The Crises of Democracy: on the Governability of Democracies*. Nova York: New York University Press, 1975.
- GRAMSCI, Antonio. *Americanismo e Fordismo*. São Paulo: Hedra, 2008.
- JESSOP, Bob; OVERBEEK, Henk. *Transnational Capital and Class Fractions: The Amsterdam School Perspective Reconsidered*. London: Routledge, 2018.
- JESSOP, Bob. Regulation Theories in Retrospect and Prospect. *Economy and Society*, Vol 19 (2), Maio 1990.
- NYE, Joseph S; KEOHANE, Robert O. Transnational Relations and World Politics: An Introduction. *International Organization*. Vol. 25, Issue 3 Summer 1971
- POULANTZAS, Nicos. *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- QUIGLEY, Carroll. *Anglo-American Establishment*. From Rhodes to Cliveden. New York: Books in Focus, 1981.
- STREECK, Wolfgang. *Re-forming Capitalism*. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- TESCHKE, Benno. *The Myth of 1648. Class, Geopolitics and the Making of Modern IR*. London: Verso, 2003.
- VAN DER PIJL, Kees. *Flight MH17, Ukraine and the new Cold War*. Prism of disaster. Manchester: Manchester University Press, 2018.
- _____. Le Transnational et le National dans la formation de la classe capitaliste. *Actuel Marx*, 2016/2, N° 60, 2016.
- _____. *Democratic Capitalism in the Last Stages? Capital as agency in Wolfgang Streeck's Analysis of the Crisis*. Paper apresentado na Fundação Rosa Luxemburgo, Berlim, dezembro 2015a.
- _____. *Handbook of the International Political*. Cheltenham / Northampton: Edward Elgar, 2015b
- _____. *The Discipline of Western Supremacy. Modes of Foreign Relations and Political Economy*, Vol. III. London: Pluto Press, 2014.
- _____. *The Making of an Atlantic Ruling Class*. New Edition. London/New York: Verso, 2012.
- _____. The Wage of Discipline: Rethinking International Relations as a Vehicle of Western Hegemony. *Spectrum: Journal of Global Studies*. Vol. 4. N° 1, 2012.
- _____. China's challenge to the West in the 21st Century. *Centre for Global Political Economy*. WP n° 01, April, 2008.
- _____. *Nomads, Empires, States. Modes of Foreign Relations and Political Economy*, Vol. I. London: Pluto Press, 2007.
- _____. *Global Rivalries. From the Cold War to Iraq*. London: Pluto Press, 2006.
- _____. *Transnational Classes and International Relations*. London: Routledge, 1998.
- VITALIS, Robert. *White World Order, Black Power Politics: the Birth of American International Relations*. Ithaca: Cornell University Press, 2015.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. Academic Press, 1974.